



Através das eleições, os portugueses decidiram, mais do que escolher Passos Coelho como futuro primeiro-ministro, despedir José Sócrates e o seu governo. Com o actual sistema eleitoral, tem sido sempre assim. Durão Barroso ganhou porque o eleitorado estava farto de Guterres, Sócrates aproveitou a saturação que o povo tinha relativamente a Santana Lopes e ontem, finalmente, o poder caiu no regaço de Passos Coelho. Afinal, as eleições parecem servir apenas para que os eleitores digam quem não querem a governar. Mas ainda não permitem que os portugueses de facto escolham os seus representantes.

O sistema eleitoral precisa pois de uma urgente reforma, até porque são muitas as mazelas de que padece. Deve mudar, desde logo, a forma de escolha dos deputados, que, sendo nomeados por directórios partidários, acabam por estar muito distantes do povo que os elege.

Mas também os métodos de apuramento devem ser substituídos. A utilização do actual método de Hondt leva a que, num sistema dito proporcional, o PS ou o PSD elejam um deputado por cada vinte mil votos, o CDS e a CDU, cerca de vinte e sete mil, enquanto o Bloco de Esquerda precisa de mais de trinta e seis mil, quase o dobro dos dois maiores partidos.

E como a proporcionalidade é uma imposição da Constituição, é caso para dizer que o sistema eleitoral é até inconstitucional!